



Nº 5, novembro 2015

# PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

## **Questões Agrárias, Desenvolvimento e Democracia nas obras de Carles Boix, Joaquim Nabuco, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: um ensaio bibliográfico**

PONTO DE VISTA, Nº 5, novembro 2015  
ISSN 1983-733X.

Gabriel Rocha Guimarães<sup>1</sup>

### **I. Introdução**

Este ensaio bibliográfico trata do tema mais amplo da democracia e do desenvolvimento a partir das obras *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Democracy and redistribution*, de Carles Boix, e *Balmaceda*, de Joaquim Nabuco. A princípio, o ponto em comum entre os três textos é a estrutura agrária de um determinado país e o papel que a mesma ocuparia no desenvolvimento econômico e tecnológico, assim como para o surgimento da democracia. Pretende-se desta forma, fazer três breves análises das obras em questão e apontar um eixo estruturante comum de modo a captar os pontos pertinentes aos tópicos da democracia, do desenvolvimento e da relação entre ambas as coisas.

O delineamento do artigo pretende a seguinte ordem: a partir da obra de Carles Boix, pode-se averiguar como capitais fixos, ligados à produção agrária, poderiam solapar o surgimento de uma democracia, assim como de um maior desenvolvimento econômico e industrial. Já através de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto averiguaríamos como as ideias de Boix poderiam ser corroboradas pela experiência latino-americana em geral, no sentido de como o que eles chamaram

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Ciência Política pela UFMG. E-mail: [gabrielfrg@bol.com.br](mailto:gabrielfrg@bol.com.br)

de economia de enclave surge em economias de capital fixo, primário, e concentrado, como descrito em *Democracy and redistribution*.

Por fim, utilizaremos a obra de Joaquim Nabuco para exemplificar, com um caso empírico específico, ocorrido ainda no século XIX, e dentro do contexto latino-americano, a validade das proposições de Boix, Cardoso e Faletto. Aqui Nabuco analisa a tentativa de golpe de Juan Maria de Balmaceda, no Chile, em que tenta governar o país a partir de seu poder pessoal, tendo como suporte as massas populares e dissolvendo o parlamento ocupado pelas elites tradicionais do país. A tentativa de Balmaceda de romper, em um espaço curtíssimo de tempo, com boa parte das referências sociais e institucionais do Chile, como a política parlamentar, supostamente representada pelas elites tradicionais e a Igreja, mostra como o problema colocado por Boix é central nos países sul-americanos, o que é o tema principal deste trabalho.

## **II. Carles Boix: as estruturas agrárias e a democracia**

A estrutura agrária de uma nação pode constituir um *path dependence*, do qual é muito difícil se livrar no curto ou no médio prazo; e define ainda o esboço de uma sociedade em praticamente todas as esferas da vida, das relações sociais mais íntimas à estrutura macroeconômica, passando pelo estabelecimento e manutenção das elites no poder de um determinado país. A dependência de um país de suas exportações assentadas no setor primário, sobretudo o da agricultura, gera, como mostrou Carles Boix, uma baixíssima mobilidade de capital (no caso a terra), fazendo com que as elites ofereçam maior resistência diante de reformas estruturais mais amplas, uma vez que tais reformas poderiam implicar diretamente na perda de suas propriedades e poderes.

Desta forma, economias baseadas em grandes propriedades agrárias e com baixa diversificação produtiva apresentariam dificuldade em se abrir para as regras do jogo democrático, uma vez que isto implicaria em perda substantiva de suas posses. Ademais, a retenção da capacidade exportadora da economia nacional em capitais fixos e primários criaria um ambiente pouco propício ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

Utilizando um elaborado método quantitativo, Boix mostra como as elites, quando se veem aptas a transferirem seu capital para territórios estrangeiros para evitar a taxaço, fazem-no, ao mesmo tempo em que se abrem para a possibilidade de um regime mais democrático. Quando o capital está concentrado em bens fixos como terra e petróleo, no entanto, as elites tendem a

enxergar a suposta abertura democrática enquanto um processo que culminaria com a perda (na melhor das hipóteses parcial) de seus bens. Sendo assim, em países com pouca diversificação econômica, pouca modernização do setor financeiro, e uma alta concentração da propriedade, sobretudo rural, a democracia teria mais dificuldade em se desenvolver, com maior probabilidade de rupturas institucionais, tensões político-sociais e revoluções violentas.

Desta forma, Boix tenta desenvolver e aprofundar alguns pontos já analisados por Robert Dahl em “Poliarquia”, como a distribuição da propriedade agrária e a questão dos custos da tolerância e da repressão, estabelecendo uma íntima relação entre essas duas esferas de análise, embora pareça fazê-lo em um viés bem mais voltado para os paradigmas marxistas que o próprio Dahl. Boix também segue uma via bem diferente da de Dahl no sentido de que os atores políticos devem ser especificados, ou seja, para que um pacto político gere equilíbrio e estabilidade, deve haver uma ressonância com um público específico. “Para um pacto entre as elites ser robusto, suas consequências devem se encontrar dentro das fronteiras do que é aceitável para um público” (BOIX: 2003: p.9). É claro que Dahl não negligencia os fundamentos sociais e sociológicos da democracia; entretanto, tenta enfatizar os pactos feitos dentro das instituições, e como estes podem ter certa autonomia, em relação à esfera social e econômica, como ele faz em relação à Índia. Neste caso, elites com amplos recursos, porém imersas em um equilíbrio de forças, construíram uma democracia parlamentar em um dos países mais desiguais do mundo, socialmente regido por um sistema hierárquico de castas, altamente verticalizado (DAHL, 1997). O que Boix vai diferenciar em relação a Dahl é a sua ênfase na distribuição de riqueza, seja com base em capitais fixos ou móveis, para a estabilização da democracia, e a especificação dos atores políticos inseridos em tais sistemas de distribuição do capital.

Em relação à modernização econômica, o que se quer dizer é que, para Boix, quando determinada elite coordena um setor financeiro bem modernizado, podendo transferir parte de seu montante de capital para o estrangeiro, escapando da taxaço/tributaço, os custos da tolerância se tornam menores, abrindo possibilidades para um governo eminentemente democrático. As pressões exercidas pelos defensores da redistribuiço, somadas à mobilidade do capital, fazem com que as elites capitalistas vejam os custos da represso às classes trabalhadoras como muito altos, e os custos da democracia como mais baixos. Desta forma:

Modernização econômica implicaria, primeiro, na mudança de uma economia baseada em capitais fixos, como a terra, para um sistema econômico baseado em um capital altamente móvel. É também associada

com a acumulação de capital humano, que é geralmente mais difícil de expropriar que o capital físico. Naturalmente, com a facilidade com a qual os capitalistas podem escapar da taxaço crescente, o seu apoio a uma soluço autoritária declina. (BOIX: 2003: p.13)

Em economias com setores financeiros pouco desenvolvidos, os custos da tolerância são bem maiores, uma vez que a abertura à democracia implica na construço de um sistema de taxaço que acople toda (ou quase toda) a sociedade, sendo que os capitais fixos das elites, como a terra, podem ser requisitados e partilhados. Um exemplo utilizado para ilustrar esta proposiço é a transiço democrática ocorrida na África do Sul. As elites brancas urbanas, de origem inglesa e detentoras do capital industrial, poderiam facilmente transferir seus capitais para fora. As elites agrárias *africânders*, por sua vez, não teriam como mobilizar suas terras da mesma maneira. O resultado foi um apoio à transiço democrática por parte dos primeiros e uma resistêcia a ela por parte dos segundos. Neste ponto específico, Boix parece se aproximar da teoria da escolha racional.

Segundo ele, a vida política poderia se desenrolar em: autoritarismo, comunismo, democracia ou guerra revolucionária. Aqui, é possível apontar pontos problemáticos, esmiuçados mais adiante. De acordo com Boix, em uma ditadura de orientaço de direita, os ricos reprimem os pobres e os mantêm fora do processo decisório. No comunismo, ou em uma ditadura de orientaço de esquerda, os pobres governam depois de expropriarem o capital das classes abastadas. Em uma democracia, a propriedade é preservada e membros de todas as classes votam, dentre outras coisas, para definir os níveis de taxaço. E, no caso da guerra, ambas as partes aceitam os seus custos e o vencedor fica com tudo. Aqui, também, há um problema na separaçao tão nítida e explícita entre comunismo e guerra revolucionária, uma vez que, na maioria dos casos, o segundo antecede o primeiro. Boix foca seu estudo nas transições democráticas, recorrendo a várias experiências nacionais, mas, principalmente, à experiência norte-americana e à suíça. O autor faz uma análise comparativa não apenas entre os dois países, mas entre suas regiões, estados e cantões, chegando à conclusao de que a distribuço da propriedade rural é da mais alta importância para o esboço e a formaço da democracia.

Os EUA e a Suíça foram escolhidos por Boix em função do relativo isolamento pelo qual passaram durante o processo de construço de suas democracias. Os EUA, por se situarem em um continente distante do universo europeu, e a Suíça, por suas conhecidas posiçoes de neutralidade em face aos conflitos que ocorriam na Europa. Desta forma, a problemática interna dos dois países

torna-se quase um laboratório livre de influências exógenas na sua formação política. Como afirma Boix,

a partir do quase insular caráter dos Estados Unidos e o status de neutralidade da Suíça, fazendo estes países relativamente imunes às estratégias de um poder singular mundial, nós podemos assumir que o formato de seus regimes foram conformados majoritariamente por suas próprias condições internas (2003: p.17).

Em relação aos suíços, Boix afirma que existiram três tipos de cantões: os democráticos, localizados nas regiões mais alpinas, portando um modelo social e econômico baseado na agricultura familiar; aqueles urbanos, regidos por oligarquias burguesas; e, finalmente, aqueles dominados por aristocracias rurais. O caráter democrático dos primeiros, para o autor, viria fundamentalmente do modelo de distribuição proprietária, onde a agricultura familiar é a base da economia e mesmo das relações sociais e políticas. Os cantões alpinos tinham como esferas legislativas locais as *landsgemeinde*, onde todos os homens tinham o direito de participar. Os cantões dominados pelas oligarquias burguesas eram regidos por esferas políticas onde apenas os membros das famílias mais proeminentes da burguesia tinham participação facultada: as tribos ou *zunft*. E, nos cantões aristocráticos, as antigas famílias governavam, excluindo completamente o campesinato. Esta diferenciação nos remete a Rousseau, quando este denuncia a decadência das instituições de Genebra e enaltece as instituições dos longínquos cantões alpinos, que teriam se preservado dos valores burgueses e mercantis, bem como dos valores aristocráticos dos grandes impérios centralizados, exemplificados pela França, principalmente. De acordo com o livro de Boix, a cidade de Genebra teria sido governada, até 1841, pelos altos segmentos da classe burguesa, por exemplo.

Não seria de se estranhar que, segundo Boix, durante as invasões napoleônicas, o sentimento anti-francês teria sido muito mais forte nos cantões alpinos do que em outros. A democracia na Confederação Helvética, ou Suíça, a partir de 1848, só vai se consolidar com a industrialização dos cantões não-alpinos a partir do século XIX, diluindo as tensões redistributivas presentes entre os vários setores sociais. A formação de uma economia mais modernizada, ao gerar a mobilidade do capital e dos investimentos dos banqueiros suíços ao exterior, fato que já ocorria no final do século XVIII, aumentou rapidamente os fluxos financeiros rumo ao estrangeiro. Os investimentos suíços no exterior, segundo Boix, ao longo do século XIX, ultrapassaram os investimentos de países como Inglaterra e Alemanha. O exemplo suíço ilustra a proposta de Boix de que a democracia tem suas bases na distribuição igualitária da terra ou na modernização e mobilização do capital, que pode ser

transferido para o exterior objetivando burlar taxações e impostos internos, diluindo custos de tolerância por parte da classe capitalista.

Em relação aos norte-americanos, Boix verifica algo parecido: para ele, os estados mais democráticos dos Estados Unidos teriam sido os dotados de grandes planícies, na região central norte-americana, exatamente por seu caráter igualitário de distribuição da terra. A agricultura familiar (o modelo agrícola dos *farmers*) tornaria suas regiões mais democráticas no que tange à distribuição de renda, e a restrições de várias naturezas para participar da vida política, entre elas o requerimento da alfabetização para o direito de votar. Os estados do meio-oeste seriam mais democráticos nestes requisitos, mesmo vis-à-vis os industrializados do norte. Os estados do sul, com sua grande concentração agrária e a presença da escravidão, seriam os menos democráticos das três grandes regiões, e os que mais se oporiam à democracia. Neste sentido, Boix se aproxima de Barrington Moore, uma vez que este afirma que a derrota do sul na guerra foi um interesse mais dos estados do meio-oeste do que do norte industrial, pois os *farmers* das planícies viam, na expansão do modelo de latifúndios originário do sul, uma grande ameaça a seu modelo de minifúndios. O norte industrial, por muito tempo, estabeleceu boas relações comerciais com as elites do sul, tendo durante algum tempo, poucas razões para romper com elas. Porém, o norte era de fato mais democrático que o sul devido à sua industrialização e à modernização econômica.

### **III. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: dependência e desenvolvimento nos países latino-americanos**

A teoria da democracia de Boix toca a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no sentido de que, para eles, o fator de manutenção das nações latino-americanas na condição de subdesenvolvimento e sob governos autoritários seria antes a formação do que chama de economia de enclave do que o próprio sistema capitalista internacional. A economia de enclave seria oriunda dos modelos econômicos que, de acordo com Boix, seriam os menos propícios à democracia e ao desenvolvimento; ou seja, economias com baixa diversidade produtiva, grande concentração da propriedade e baixa mobilidade de capitais. Ademais, os enclaves seriam a matriz geradora de uma sociabilidade altamente verticalizada e autoritária, criando espaços para políticas patrimonialistas onde o estado seria apenas o palco da representação das elites.

A herança de uma estrutura econômica, social e política oriunda de períodos coloniais em que os principais produtos de exportação eram produtos primários (agropecuária e extrativismo) a

problemática do subdesenvolvimento e da chamada periferia da economia global tornam-se centrais, assim como a análise das forças sociais e políticas internas existentes no interior de cada estado-nação latino-americano em questão. O que se quer dizer é que a obra se fez marcante por conferir relevância aos aspectos sociais e políticos internos das nações, em uma época onde se dava grande importância à estrutura econômica, enxergando-a como o maior determinante das relações de dominação e dependência entre os países nas relações internacionais.

A interação entre as classes sociais torna-se, portanto, fundamental na análise do desenvolvimento e das relações de dependência dos países latino-americanos com os países desenvolvidos e com o mercado internacional. Estes traços endógenos ganham relevância ao longo da obra, uma vez que, para os autores, o modo como se formam as elites nacionais é definidor, em grande medida, de dois tipos de economia que, com suas variantes internas, fizeram-se presentes nos países latino-americanos: a economia nacionalmente controlada e a economia de enclave.

As sociedades com produção nacionalmente controlada caracterizam-se pelo controle dos meios produtivos, no sentido de que estes sejam conduzidos por grupos econômicos nacionais representados por setores burgueses e industriais de índole mais modernizante. A existência de tais grupos burgueses nacionais, segundo Cardoso e Faletto, é sua característica diferencial. Nestes países, um sistema produtivo nacional próprio, assim como uma ordem social legitimada, foi garantido por essa classe burguesa que organizou a produção, parte da comercialização e, em muitos casos, o financiamento interno do regime produtivo. Em tais nações, a presença do capital estrangeiro não adquiriu um status de eixo da economia nacional, como procedeu com as economias de enclave. Os principais exemplos de países com economias nacionalmente controladas foram: Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia.

Muito presente nos países centro-americanos e caribenhos, além de alguns países sul-americanos, a economia de enclave, por sua vez, se caracterizou pela implantação de unidades produtivas estrangeiras (em geral inglesas ou norte-americanas) nos territórios nacionais, a partir de acordos com as elites locais, onde nenhum tipo de ganho tecnológico ou desenvolvimento econômico seria trazido para o país, reduzindo-se o escopo do desenvolvimento, muitas vezes, à esfera infraestrutural (embora, muitas vezes, nem mesmo desenvolvimento infraestrutural estivesse presente). Os enclaves econômicos, em grande parte, destinavam-se ao extrativismo de matérias primas, como o minério, e ao plantio de frutas tropicais, como foi o caso da banana na América Central. Os lucros são repartidos entre os donos dos empreendimentos e as elites locais que cederiam os locais de implantação das unidades produtivas, não gerando nenhum tipo de

desenvolvimento nacional. Em uma economia de enclave, em geral, as elites políticas e econômicas não seriam as mesmas, sendo que, muitas vezes, a elite econômica não seria sequer uma elite nacional. Os principais exemplos de países com economias de enclave foram descritos como: México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru, e os países centro-americanos em geral.

Nestes países, pelo menos nos centro-americanos, a estrutura social se resumiria a uma pequena elite agrária oligárquica, e um enorme setor trabalhista rural pouco qualificado que se relaciona com as elites através de laços diretos e informais, tendo pouca ou nenhuma proteção do Estado nacional. Em tais condições, as minúsculas classes médias se encontravam reduzidas a uma situação de irrelevância política e social. Ainda nestes países, a probabilidade de formação de grupos revolucionários mais radicais era muito maior, segundo Cardoso e Faletto, pois o universo da política restringia-se aos setores oligárquicos e a economia era regida pelo capital estrangeiro, havendo pouca mediação dos conflitos entre patrões e empregados devido à fraqueza das irrisórias classes médias. É certo que as economias de enclave variam entre si, visto que, mesmo um país como o Chile, foi uma economia de enclave, o que mostra ainda mais a relevância dos traços endógenos histórico-estruturais na análise das relações dos países com o mercado internacional.

Sendo assim, Cardoso e Faletto (1977) vão contra a ideia de que, para sair de uma condição de periferia e dependência no sistema capitalista mundial, seria necessária uma via revolucionária, ou uma ruptura violenta com todo o capitalismo internacional, uma vez que as causas do atraso estariam mais ligadas aos traços endógenos histórico-estruturais de caráter social e político que às causas exógenas do capitalismo enquanto sistema econômico. A forma como as elites nacionais incorporam outros setores à esfera mais eminentemente político-institucional, e à estrutura econômica nacional, é que definiria os rumos do desenvolvimento social e econômico de seus países. Ainda na introdução, Cardoso e Faletto afirmam como a ideia do simples fortalecimento e autonomia dos centros decisórios, visando à criação de um robusto mercado interno, sem se pensar o jogo político-social e a incorporação das classes médias e populares, é limitada. É claro que não se objetiva negar o importante papel exercido pelo mercado internacional, sendo que os autores afirmam que não consideram adequado separar os fatores considerados “externos” daqueles considerados “internos”, propondo encontrar características específicas das sociedades nacionais que moldem as relações com o exterior. As transformações e mudanças ocorridas no mercado internacional são muito importantes, mas a dinâmica social e política interna nos países em desenvolvimento é decisiva, no sentido de gerar graus mais amplos de autonomia.

Desta maneira, nações formadas tendo por base economias de enclave dificilmente alcançariam um maior desenvolvimento, pois os enclaves econômicos impediriam uma maior autonomia do Estado nacional junto à incorporação dos setores populares à vida política mais ampla. A economia de enclave era uma conjuntura de grande dependência das nações subdesenvolvidas, não como produto da estrutura do mercado internacional em si, mas pela forma como suas elites lidaram com as questões externas desse mercado, e com as questões internas de suas respectivas nações. Isto não quer dizer, não obstante, que seja possível dividir as economias latino-americanas em dois tipos homogêneos, uma vez que as economias que não fossem de enclave variariam bastante em relação à formação das classes médias, e à forma como as elites conduziriam as políticas econômicas e como interagiriam com os setores populares.

Indo além da noção dualista de tradicional e moderno, Cardoso e Faletto, conforme dito, se afastam da ideia de subdesenvolvimento como produto quase mecânico-causal do capitalismo internacional, supondo, inclusive, que uma sociedade pode se modernizar no que se refere ao consumo e educação, sem que, concomitantemente, haja um deslocamento da periferia em relação ao centro. As próprias noções de centro e periferia, por si só, de acordo com os dois autores, remeteriam às funções de economias supostamente subdesenvolvidas no mercado internacional, sem levar em conta os fatores político-sociais que influenciam na situação de dependência.

Em suma, Cardoso e Faletto tecem longa análise do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, tanto de economias nacionalmente controladas quanto de enclave, assim como de sua transição histórico-estrutural para quadros sócio-políticos onde as alianças entre os setores vinculados ao processo produtivo típicos do século XIX, como latifundiários, capitalistas agrários, exploradores da mineração, comerciantes e banqueiros, não mais se sustentavam, isto é, para quadros sociais e políticos mais típicos de uma sociedade urbano-industrial. Para isto, faziam-se necessárias alianças com novos setores sociais emergentes: os setores médios. A incorporação de tais setores (profissionais de base técnica, burocracia civil e militar, entre outros) se deu de forma muito diferenciada de país para país, variando de acordo com a forma como se desenvolveu o sistema exportador e a estrutura socioeconômica.

#### **IV. O “conservadorismo” de Nabuco e a questão chilena**

Desta forma se dá a interação das obras de Boix, Cardoso e Falleto com a obra *Balmaceda*, de Joaquim Nabuco, no sentido que este, analisando as relações e instituições sociais geradas pelo

universo agrário e econômico chileno, escreveu como elas dificultaram a tentativa de Juan Maria de Balmaceda de, em um curto prazo, incluir os setores populares na política. O livro, publicado em 1895, trata da breve ditadura de José Maria de Balmaceda no Chile em finais do século XIX. Passando por temas extremamente variados, como representatividade, estrutura agrária, usos e costumes, relação entre exército, política e sociedade civil, assim como a relação entre elites e setores populares, Nabuco desconstrói os escritos de Julio Bañados. Bañados, homem de confiança de Balmaceda, foi incumbido a escrever em defesa de seu governo depois de sua morte (Balmaceda cometeu suicídio após perceber a iminente derrota para as forças do partido congressista). A meta de Bañados foi mostrar às gerações vindouras que Balmaceda tentou criar um governo que suplantasse as velhas oligarquias e famílias tradicionais constituintes da elite política chilena daqueles tempos, e que seu fracasso teria se dado em função do caráter autoritário dessas oligarquias, assim como da força e presença que ainda tinham em outros níveis da sociedade, em particular as classes populares e a marinha. É importante salientar que a única base de apoio que Balmaceda realmente possuiu, pelo menos durante certo tempo, foi o exército de terra, o qual utilizou para tomar propriedades das elites agrárias assim como para fazer a guerra à Junta Congressista reunida no norte do Chile, a região de Iquique.

A ideia que Bañados tentou passar do governo de Balmaceda foi de um homem que quis fazer política tendo como base a ciência positiva contra o suposto atraso dos valores da igreja, de sua aliança com as elites tradicionais, e da influência que ela tinha sobre a mentalidade chilena da época. Seria a imagem de alguém que se arvorou contra todo o atraso de uma nação, tentando, em um curtíssimo prazo, colocá-la no mesmo nível de nações supostamente mais desenvolvidas. Ao tentar criar um governo presidencialista, fortaleceu largamente o poder executivo em detrimento do congresso, visto por Balmaceda apenas como um receptáculo dos poderes oligárquicos das elites chilenas.

O que Joaquim Nabuco faz, com seu escrito, é romper com tal interpretação, afirmando que na verdade, o que Balmaceda fez foi tentar criar um modelo institucional descolado da realidade social chilena daquele momento. Ao tentar criar um presidencialismo que incluísse os setores populares e enfraquecesse as velhas oligarquias, o que teria sido feito, no entender de Nabuco, teria sido o enfraquecimento concreto de uma estabilidade institucional e política, proporcionada por essas mesmas oligarquias, e que teriam tornado o Chile uma exceção em meio à anarquia social e política que reinava em quase todas as nações hispano-americanas. Partindo de um ponto de vista conservador, citando várias vezes ao longo da obra, inclusive, Edmund Burke, Nabuco afirma que Balmaceda, ao tentar superar o autoritarismo das elites tradicionais e regionais, criou um

autoritarismo de cunho próprio, baseado no exército de terra, sem, entretanto, lograr apoio de outros setores importantes na constituição de um novo governo. Segundo Nabuco, ao se tentar criar uma estrutura institucional que não estava na paisagem mental dos chilenos, Balmaceda não conseguiu nem mesmo o apoio dos setores populares, aqueles que mais pretendia defender e representar. Sem um ponto de referência historicamente constituído baseado no estado e suas instituições, em uma conjuntura de crise e conflito eminentes, as massas, sobretudo as rurais, preferiram permanecer ao lado de seus patrões, ao invés de combater por uma empreitada que pouca ressonância tinha em seus costumes, hábitos e relação com o Estado.

Em relação aos setores populares oriundos do mundo rural, Joaquim Nabuco as interpreta como tendo um tipo de relação com as elites agrárias semelhantes às existentes na Inglaterra, onde houve uma espécie de maior interdependência e maior identidade entre elites e classes populares, de forma que estas últimas não adquiriram ímpetus revolucionários violentos contra as elites, como ocorreu na França. Os proletários rurais, assim como os *hacendados* não se voltaram contra a aristocracia da terra chilena, voltando-se, ao contrário contra Balmaceda, e não se interessando pelo violento confisco de terras que estava sendo empreendido pelo ditador. Segundo Nabuco, eles não estavam minados pela inveja, e sim imbuídos de espírito nacional, tornando-se pouco propensos a ideias socialistas. Como afirma Nabuco:

O poderio político do antigo Chile, porém, ainda tem raízes profundas, mesmo populares. O povo não estava minado pela inveja, estava longe da teoria, não conhecia o ressentimento que torna simpáticas as ideias socialistas (NABUCO, 1895: p.117)

Aqui vale questionar se o argumento de Nabuco não é demasiadamente conservador, no sentido de que atribui à estrutura agrária chilena traços semelhantes à estrutura agrária inglesa, sem questionar se, para as classes populares rurais, o projeto de Balmaceda era de fato uma opção. Isto no sentido de que, em geral, revoluções dotadas de amplo suporte do setor camponês, eclodiriam em países onde uma estrutura burocrática e administrativa constituída ao longo de séculos se estabeleceria como ponto de referência sempre presente no horizonte de seu imaginário. O fato de certos grupos sociais estarem longe de teorias abstratas, como defende Nabuco, não quer dizer que estejam petrificados face à ação política, uma vez que, sua ação pode ser fundamentada nas experiências e prática do cotidiano na sua relação com as instituições e com as elites.

Como na França, Rússia e China, os funcionários da administração centralizada sempre foram um referencial para os camponeses nas suas relações com os senhores de terras. Os burocratas imperiais estabeleciam um elemento mediador nas relações entre senhores e camponeses, tentando atender, em certa medida, os interesses de ambos. Durante as revoluções nos países citados, sobretudo na França e na China (ainda que na Rússia também), o campesinato apoiou em massa o processo revolucionário no interesse de preservar o aparato burocrático centralizado assim como certas instituições que conformariam o poder político-administrativo municipal na etapa de modernização de seus respectivos países. Entretanto, esta esfera burocrática, política e administrativa durante o processo revolucionário se veria livre dos elementos oligárquicos e aristocráticos construídos pelo *ancien régime* ao longo de um percurso histórico de séculos. Foi este referencial estatal e burocrático um dos motivos pelo qual os camponeses apoiaram processos bruscos de mudança na estrutura da sociedade e do Estado, voltando-se contra seus senhores.

Neste caso, vale pensar como, nas sociedades latino-americanas, onde as estruturas do Estado chegaram ao campo muito depois de formas específicas de sociabilidade já terem se estabilizado, como seria possível que setores populares rurais se voltassem contra seus senhores, apresentados como seus os únicos referenciais, sem passarem pela competição de um corpo de funcionários estatais coordenados por um centro administrativo torna-se uma questão bastante relevante. A ideia de que as camadas populares seriam desinteressadas e carentes de formas mais abstratas de interpretação, por um lado, mas que percebia a História, as tradições, a ambição nacional a ponto de entrar em confluência com o pensamento das elites ilustradas parece um tanto quanto problemática.

Não se quer dizer que não pudesse haver um conjunto de valores, incluídos os valores nacionais, que fosse compartilhado tanto pelas elites quanto pelos setores populares, porém fica a dúvida se isto foi realmente a causa desta confluência de interpretações entre diversas classes. Isto porquê na ausência de outras referências que não a de seus próprios patrões, ficava muito difícil para as camadas populares se apoiar em algo fora da influência das elites dominantes. Também não se quer dizer que não houvesse naquele momento um corpo de funcionários do estado que se fizessem presentes nos municípios e nas zonas rurais.<sup>2</sup> Entretanto, caso existissem, provavelmente foram implementadas, muito depois da formação de uma configuração social oriunda de períodos coloniais, como foi também o caso brasileiro. Portanto, a socialização política de *inquilinos* e *hacendados* não habituou os chilenos a enxergar o estado como uma referência alternativa aos patrões. Note-se que uma socialização política deste tipo ocorreu na Rússia, na França e na China

---

<sup>2</sup> Aqui não tenho conhecimento em história chilena para aprofundar a discussão.

através de séculos de consolidação das estruturas burocráticas e administrativas no mundo rural, sendo que as revoluções nestes países foram, entre outras coisas, a recuperação destas estruturas que se encontravam detrimetadas estagnadas pela ação das aristocracias. Desta forma, o pensamento de Nabuco soa conservador quando afirma que a “plebe” rural ficou ao lado das elites apenas por uma questão de identidade nacional, estando mais aptas às mudanças sociais graduais no estilo anglo-saxônico, comparando o desenvolvimento político e social do Chile ao da Inglaterra.

A aristocracia chilena, que é real e que existe em virtude principalmente de grandes fortunas territoriais, tem alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglesa mantém-se em contato, em comunhão de interesses, com as camadas populares, e procura de cada vez mais apoiar-se nelas. Os processos da Ditadura tornavam-se odiosos ao povo, neste estado de espírito. Em França, durante a Revolução, os camponeses aplaudiam a venda de antigos castelos à burguesia enriquecida; no Chile, os inquilinos não estão no ponto da cobiça ou do rancor (NABUCO, 1895: p.117-8).

Podemos notar que está presente, ainda que implícita, na obra de Joaquim Nabuco, a problemática agrária latino-americana onde as relações entre senhores e trabalhadores rurais se deram antes que o estado estivesse presente para intermediar as suas relações, tornando difíceis as ações coletivas camponesas que não passassem pelo crivo dos grandes proprietários. Ao comparar o desenvolvimento político chileno com o inglês Nabuco se esquece de certas tradições de base deliberativas do mundo anglo-saxônico que não estavam presentes no mundo latino-americano. Seria como afirmar que fato de certas guerrilhas rurais na América Latina, durante o século XX não terem conseguido arregimentar uma grande leva de camponeses junto a suas fileiras mostra que não havia relações de dominação entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais. O elemento conservador, creio, no pensamento de Nabuco mostra seus traços mais explícitos na análise das relações sociais no mundo rural, na sua análise da suposta ausência de interesses políticos dos *hacendados* e proletários rurais.

A questão da Igreja e do clero, também da mais alta importância para a compreensão das sociedades latino-americanas está presente em “Balmaceda”, onde a Igreja parece ter um papel fundamental na vida social chilena, sendo ela, também um ponto de referência para os setores populares, embora estivesse em forte aliança com as elites oligárquicas. Sendo considerada pelo *balmacedismo* como um elemento de atraso para o Chile, a Igreja foi colocada como um dos grandes inimigos a serem combatidos sendo que havia “também pela Revolução a influência do

clero, incluído pela imprensa balmacedista no número de inimigos a combater” (NABUCO, 1895: p.118).

As intenções do balmacedismo, em alguma medida, lembram às dos niilistas russos, influenciados pelo materialismo dialético e pela ciência ocidental, tentando dismantelar a velha sociedade e sua principal instituição de apoio, a Igreja, sem, contudo, alcançar ampla ressonância nas classes populares, ignorando todo um conjunto de hábitos e costumes presentes na sociedade russa. É claro que há também a grande diferença de o balmacedismo ter chagado ao poder de fato, e o niilismo ter ficado restrito a ações terroristas. O niilismo, nunca tendo alcançado pleno controle das instituições, tentava mostrar ao campesinato que a cúpula política da sociedade russa, a aristocracia e a Igreja, poderiam ser efetivamente destruídas, não estavam protegidas por um poder divino. O balmacedismo, por outro lado, tendo o controle institucional, tentou algo parecido, a partir do confisco de terras, do ataque frontal à Igreja e de redistribuição de dinheiro e renda, mas sem sucesso. Ambos os casos exemplificam formas de grupos que, ao perceber um suposto atraso de suas nações frente a outras mais desenvolvidas, tentam, como dito, colocá-las no mesmo nível, em um curtíssimo prazo, a qualquer custo. Neste ponto, a crítica de Nabuco, ainda que de tonalidade conservadora, é válida, no sentido de que Balmaceda não teria avaliado as condições reais para o tipo de governo que almejava instalar em seu país. Ainda que exista este conservadorismo, não chama menos atenção a forma como ele mostra a necessidade de analisar a congruência entre costumes e instituições e como a sociedade está estruturada frente a tais instituições, quando enfatiza como Balmaceda tentou criar um modelo institucional desprovido de referenciais de longa duração histórica, tornando-se vazio e inócuo aos olhos dos chilenos.

## **V. Conclusão**

Em suma, a questão agrária torna-se ponto de confluência entre as três obras, principalmente ao se levar em conta que o livro de Cardoso e Faletto trata especificamente da América Latina, continente onde tal problemática situa-se no centro dos debates há muitas décadas. Se nos voltarmos a autores brasileiros de timbre autoritário como, por exemplo, Oliveira Viana, que considerava o grande latifúndio como a raiz, não só da estrutura econômica brasileira, mas da sociabilidade e mentalidade nacional, podemos ver como esta questão já era vista como relevante. Para ele, o latifúndio brasileiro desenvolveu-se de tal forma que nenhum tipo de solidariedade mais horizontalizada encontrou condições de se formar por aqui, criando o que chama de “povo-massa”,

contingente populacional desprovido de laços comunitários fortes, dependendo do senhor de terras ou da autoridade estatal para suprir todas as suas necessidades (VIANA, 1987). Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, no capítulo “Novos tempos” de seu livro “Raízes do Brasil”, afirma que apenas uma contundente modificação da estrutura agrária brasileira, superando o modelo de propriedade administrado pelo “pater famílias”, poderia colocar o Brasil nos rumos da democracia efetiva (HOLANDA, 1982).

A maior parte das lutas sociais na América Latina, ao longo da Guerra Fria, e mesmo depois dela, se deu, ou no campo, ou em torno dele. A teologia da libertação, tentativa de aproximar uma instituição tradicionalmente aliada às elites agrárias tradicionais, a Igreja Católica, das populações empobrecidas, sobretudo as rurais, explicita este problema vivido pelo continente. Neste sentido, a tentativa de criar as Comunidades Eclesiais de Base no campo aparenta ser a articulação de formas comunitárias de sociabilidade que não se encontravam nos grandes latifúndios, refundando a sociedade a partir das mesmas raízes que, para muitos, formaram a base de seus males, as raízes rurais (BETTO, 1981). O famoso guerrilheiro argentino Ernesto “Che” Guevara também apropriou o modelo chinês de revolução socialista, ao invés do modelo russo, pelo fato de o primeiro ter o camponês enquanto agente revolucionário, e o segundo o operário (GUEVARA, 1963). O autor cubano José Martí, por sua vez, afirmava que as tecnologias norte-americanas eram uma espécie de embuste, podendo contaminar, em alguma medida, o espírito hedonista dos cubanos ou latino-americanos no geral (MARTÍ, 1984). Este repúdio ao desenvolvimento técnico também se faz presente no discurso de muitos movimentos rurais, que afirmam que a tecnologia é simplesmente a importação de um traço cultural norte-americano, diluindo os laços comunitários rurais, para além de tirar empregos dos camponeses empobrecidos. Assim, muitos desses movimentos vão, por um lado, na linha de Boix, quando defendem uma distribuição de terras mais equitativa, embora, por outro, se mostrem contrários, indo contra a modernização, tão importante para o autor para a mobilidade de capital.

Algumas vezes, o repúdio à tecnologia colocou problemas à perspectiva do novo estruturalismo da CEPAL, que, a partir dos anos noventa, tentou não apenas pensar o desenvolvimento, mas conciliá-lo com formas inovadoras de participação popular. Como muitas destas formas passam por movimentos populares rurais, que, influenciados pela Teologia da Libertação, negam os supostos benefícios da modernização, os novos pontos da CEPAL parecem adentrar em certa contradição, não analisando, de forma aprofundada, os problemas representados pelo conflito agrário para a América Latina (BIELSCHOWSKY, 2009). Por estes motivos, uma análise conjunta das três obras aqui analisadas deixa explícita a importância de, nos dias de hoje,

realizar pesquisas acerca do tipo de estrutura social existente nas zonas rurais latino-americanas, e como as mesmas podem influenciar na estabilização democrática e no progresso, assim como averiguar qual tipo de reestruturação do mundo agrário dos países latino-americanos realmente caminhará no sentido de fortalecimento das instituições e da aproximação destes países da fronteira do desenvolvimento.

## VI. Referências

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BIELSCHWOSKY, Ricardo. “Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo e neoestructuralismo”. *Revista CEPAL*, n.97, abril de 2009. Disponível em: < <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35860/rve97bielschowsky.pdf> >.

BOIX, Carles. *Democracy and Redistribution*. Cambridge University Press, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique, e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GUEVARA, Ernesto. *La Guerra de Guerrillas*. Biblioteca de las Juventudes Comunistas de Chile, 1963. Disponível em: < <http://stella.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2009/06/microsoft-word-la-guerra-de-guerrillas-che-guevara.pdf> >.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

MARTÍ, José. *Páginas escogidas*. Madrid: Editorial Espasa, 1984.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242370> >.

VIANA, Francisco de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.